



NOVO GOVERNO

Lula no centro de tudo

Um mês após as eleições, Transição ainda não destravou a PEC. Com petista em Brasília é esperado o avanço da proposta

» HENRIQUE LESSA
» VICTOR CORREIA

Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil



Após ida à COP27 e uma cirurgia na garganta, presidente eleito desembarca na capital esta semana para tomar a frente de negociações com o Congresso

Faltando 35 dias para a posse do novo governo, o Gabinete de Transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não avançou na articulação política para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição — que vai garantir ao governo federal não paralisar em 1º de janeiro e conseguir manter o Auxílio Brasil, que voltará a ser chamado de Bolsa Família, no atual patamar de R\$ 600. Com a demora, o ruído vem aumentando, seja no mercado financeiro, que sem as definições para a área econômica oscila em cada nova declaração, seja na equipe da transição, que não vem demonstrando muita sincronia.

Para tentar desatar esses nós e reduzir os ruídos, o próprio Lula desembarca em Brasília esta semana e deve assumir a coordenação da articulação política a fim de que o futuro governo consiga aprovar a proposta que garantirá os compromissos feitos na campanha.

A entrada do presidente eleito em campo, adiada em função da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27) e de uma cirurgia na garganta, agora é vista como fundamental por interlocutores da transição. Se antes Lula foi poupado porque o PT julgava simples a aprovação da PEC, o engano foi percebido, e agora, o petista se torna central, tanto para acalmar os mercados, demonstrando que seu compromisso com o social estará combinado com a responsabilidade fiscal, quanto para a construção das pontes com o Congresso que faltam, para que o novo governo possa levar em frente seu programa e construir uma base.

Alguns parlamentares disseram que agora esperam ouvir da boca de Lula a sinalização de conversas iniciadas com os emissários do petista. Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que coordena um grupo técnico

da transição, é necessário ‘conformar’ uma base. “Tem que haver lealdade a apenas um L, o L de Lula”, disse o parlamentar.

Na fala do político fica a dúvida se um outro “L”, que não Lula, seria de Lira, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), um dos principais líderes do Centrão, mais um com quem o presidente eleito vai se reunir durante a semana para agilizar o andamento da PEC. Ela precisa ser aprovada em tempo recorde, mas Randolfe lembra que a proposta de emenda com tramitação mais rápida no parlamento levou 37 dias. Um sinal de que a transição, mesmo insistindo na PEC, já trabalha com a possibilidade de ela ser aprovada após a posse presidencial, ou mesmo em fevereiro com o novo Congresso.

Tudo vai depender das inúmeras conversas de Lula previstas para esta semana. Terça-feira

é indicada como a data limite para o texto iniciar a tramitação no Congresso. Randolfe aponta outra dificuldade. “É um parlamento antigo querendo fazer exigências a um governo novo”, ponderou. Já em fevereiro, a Câmara renova 44% dos deputados, e a negociação deve ser outra.

Nas conversas com interlocutores da transição não se fala em desistir da PEC. Ela deve sair, seja nessa legislatura, seja na próxima, se essa for a vontade de Lula.

Candidatos a ministro

Apesar dos lobbies e grupos de interesse que estão batendo à porta dos grupos técnicos do gabinete de transição no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), ninguém sabe qual será o mapa a ser desenhado por Lula na Esplanada dos Ministérios.

Mesmo com aliados já falando à imprensa com a desenvoltura de ministro, costumam repetir o mantra de que a escolha será feita pelo presidente eleito, e tudo ao seu tempo.

Fontes da transição têm apostas, mas sabem que as escolhas, em alguns casos, serão de nomes que estão apenas na cabeça de Lula. “O problema é que não tem nome na mesa, tem na cabeça do presidente”, reforçou na quinta-feira o senador Jaques Wagner (PT), responsável pela articulação política da PEC no Congresso.

O político baiano protagonizou uma demonstração do ruído existente dentro da equipe de transição quando, ao reconhecer que a PEC está travada, disse “faltar um ministro da Fazenda” para facilitar a articulação da proposta. A declaração rendeu, poucas horas depois, uma crítica da presidente

do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), que alfinetou Wagner dizendo que o que “falta é articulação política no Senado. Por isso que eu acho que nós travamos na PEC”.

Outro aliado, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), principal articulador da aproximação de Lula com o MDB, tem disparado críticas contra a proposta da PEC. No caso dele, por razões regionais, já que a proposta aproximou o PT do presidente da Câmara, principal antagonista de Calheiros em Alagoas. “O que se recomenda como encaminhamento para um governo que se elegeu em uma eleição tóxica, cheia de pensamentos, é que se construa em primeiro lugar uma maioria congressual. Com ela, que se elejam os presidentes das duas Casas”, disse. Para Calheiros, provavelmente, sem o “L” de Lira.

Escolha na Fazenda “está perto”

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) disse ontem, diante de empresários, que a indicação de quem será o novo ministro da área econômica “está perto” e que “quem apostar em irresponsabilidade fiscal” no futuro governo “vai errar”. A pergunta sobre o futuro ministro da Fazenda foi a primeira destinada a Alckmin durante debate do vice-presidente eleito com empresários no fórum organizado pelo Esfera Brasil, no Guarujá, no litoral paulista. Ele também afirmou que nenhuma reforma será “desfeita” e que a palavra final sobre questões econômicas é do próprio Lula.

Alckmin ouviu de Abilio Diniz e André Esteves, presentes no debate, recados sobre o mercado financeiro, a necessidade de melhorar a eficiência da máquina pública e sugestões para não desfazer o que, na visão deles, está funcionando.

“Haverá ajuste fiscal. Mas qual a preocupação que devo ter? Eu preciso cortar gasto. Vou cortar do salário mínimo?”, rebateu Alckmin. “Governar é escolher, tem muita forma de fazer ajuste, porque ele é necessário para o Brasil crescer, mas fazendo com olhar social”, disse. “Vai haver ajuste e não em uma semana, vão ser quatro anos de ajuste, porque você pode todo dia melhorar a eficiência do gasto público”, disse em resposta, ao fim do seu pronunciamento.

Assim que os participantes do painel subiram ao palco, o jornalista e mediador William Waack, questionou: “Geraldo Alckmin, quem vai ser o próximo ministro da Fazenda?”. “Cada coisa vem a seu tempo, vamos aguardar um pouquinho”, respondeu o vice-presidente eleito.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Menos ambição e mais modéstia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito sem um programa de governo. Sua estratégia de campanha foi resgatar as realizações de seus dois mandatos, o que não foi suficiente para garantir sua eleição no primeiro turno, mas o deixou na cara do gol, no segundo. Para vencer, porém, teve que ampliar ainda mais as alianças e contar com a rejeição ao presidente Jair Bolsonaro, que era maior do que a sua, para se eleger por estreita margem de votos. Sendo mais específico, Lula teve 3,5 milhões de votos a mais no segundo turno; Bolsonaro, 7 milhões. Com toda certeza, a candidata do MDB, senadora Simone Tebet, os partidos que o apoiaram no segundo turno tiveram um papel decisivo nessa transferência de votos. A chamada “terceira via” foi esmagada pela polarização no primeiro turno, mas não a ponto de não fazer alguma diferença no segundo.

O drama de Lula ao assumir

seu mandato é cumprir as promessas de campanha, principalmente o Auxílio Brasil/Bolsa Família de R\$ 600 mil, que também serviu de plataforma para Bolsonaro junto às parcelas mais pobres da população, embora esse valor não tenha sido previsto no Orçamento da União de 2023. Lula gerou grande expectativa para os eleitores de baixa renda, principalmente as donas de casa, de que garantiria a comida na mesa, com direito a cerveja e picanha no fim de semana. Essa é a lembrança afetiva do seu governo no imaginário popular, como fora o frango a R\$ 1 do Plano Real, na eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

No fim do governo Lula, o país crescia a 7,5% em 2010, segundo dados do IBGE. O consumo das famílias, que se elevava continuamente ao longo dos anos, havia aumentado 7% somente em 2010. O crédito no setor público e privado era farto: chegara

OS TRILHOS NOS QUAIS O NOVO GOVERNO DEVE E PODE AVANÇAR SÃO O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, COM RESPEITO A SUAS INSTITUIÇÕES, E UMA AGENDA AMBIENTAL DE VANGUARDA

a R\$ 1,7 trilhão, com crescimento de 20,5% naquele ano. As exportações cresceram 42,2% para o Mercosul, 39,3% para o bloco asiático, 26,2% para União Europeia e 23,2% para o mercado norte-americano. O saldo das reservas internacionais era de US\$ 288,6 bilhões, com variação positiva de 20,7% sobre o exercício anterior. A dívida líquida total do setor público fora reduzida de 43,4% para 40,4% do PIB, equivalendo a R\$ 1,47 trilhão. A taxa de risco-país ao final de 2010 era atraente para os investidores internacionais: 186 pontos.

A taxa de desemprego e o aumento do salário real garantiriam a eleição de Dilma Rousseff, Lula foi sucedido por “poste de saias”, como diziam seus adversários e até alguns aliados. A proporção de desocupados entre os economicamente ativos era de 5,3% em 2010. Ao longo dos exercícios de 2006 a 2010, os rendimentos médios mensais

efetivamente recebidos pelos trabalhadores também apresentam contínua elevação. O saldo do registro dos trabalhadores contratados com carteira assinada em 2010 foi favorável. A diferença entre os trabalhadores admitidos e desligados em 12 meses foi de 2,5 milhões, uma evolução de 7,7% a mais do que empregados em 2009.

O percentual de pisos salariais reajustados acima do índice oficial de inflação em 2010 fora de 93,8%, patamar acima do atingido em 2009, que ficou em 92,9%, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O segmento mais beneficiado fora o rural, com ganho real em 100% dos casos. Na sequência, apareceram indústria (94,9%) e comércio (94,7%). No setor de serviços, 90,6% dos pisos salariais tiveram ganhos reais, ou seja, percentuais acima da 5,2%, a inflação oficial.

Energia positiva

Esse flashback demonstra que a retomada do fio da história a partir de 2010 é uma missão impossível. As condições são completamente diferentes, como disse na citada coluna. O ambiente econômico não permite que o governo Lula avance na área social como gostariam os seus eleitores; talvez por isso, sendo generoso na interpretação, Lula não tenha apresentado um programa na campanha: nas condições atuais, uma proposta espelhada em 2010 seria delirante; considerando a terra arrasada que herdará de Bolsonaro, decepcionante. Esse é o xis da questão da transição. Os dois primeiros anos de governo, fortemente contingenciados pela economia, serão de baixo crescimento e limitada mobilidade social, com um Congresso à espera para chantagear o governo e uma oposição de extrema-direita estridente nas ruas.

Por isso, o trilho do novo governo Lula não pode ser o progressismo social, por falta de sustentabilidade, nem a agenda identitária da esquerda, devido ao conservadorismo da sociedade. Algum progressismo e avanço nos costumes deve haver, porém, devemos considerar

o simples fato de que barrar a ofensiva reacionária do governo Bolsonaro já será uma mudança da água para o vinho. Os trilhos nos quais o novo governo deve e pode avançar são o fortalecimento da democracia, com respeito a suas instituições do Estado democrático, e a ampliação da participação da sociedade nas decisões governamentais, de um lado; e aí uma agenda ambiental de vanguarda, que aponte fortemente para o desenvolvimento da economia verde, que é onde o Brasil pode captar muitos recursos para investimento numa nova indústria.

Entretanto, a pressão das desigualdades do país é enorme. Essa agenda precisa ser tratada com foco em tarefas exequíveis, como garantir a segurança alimentar; melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio; e combater a violência e o racismo estrutural. O verdadeiro divisor de águas da eleição foi a defesa da democracia. Para isso, é preciso um governo de ampla coalizão política, capaz de dar sustentação ao presidente eleito e uma agenda que devolva a normalidade e a esperança ao país. Essa é a energia positiva que o Brasil precisa para reencontrar seu caminho.